

Santa Cruz Power Corporation

Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos acionistas da
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4 e nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicadores de riscos de valor recuperável dos seus ativos. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas à falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável desses ativos, as quais nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

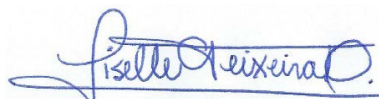
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
CIRCULANTE	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	CIRCULANTE	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.320	11.489	Fornecedores	15	1.630	1.544
Depósitos vinculados a debêntures	12	4.505	-	Debêntures	16	32.684	30.040
Contas a receber	8	7.062	7.106	Partes relacionadas	10	56	-
Estoque		884	257	Tributos e obrigações trabalhistas	17	939	1.216
Tributos a recuperar	9	360	427	Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	18	43.643	38.635
Despesas antecipadas		600	574	Passivo de arrendamento		-	82
Partes relacionadas	10	-	11	Outras contas a pagar		142	-
Outras contas a receber	11	445	423	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		79.094	71.517
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		27.176	20.287				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	11	219	946	Debêntures	16	49.811	75.386
		219	946	Partes relacionadas	10	28.681	27.343
				Provisão para riscos	19	-	871
				TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		78.492	103.600
Ativo de direito de uso		-	64	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
Imobilizado	13	118.330	123.672	Capital social	20	37.158	37.158
Intangível	14	11.590	13.340	Prejuízos acumulados	20	(37.430)	(53.966)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		130.139	138.022	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		(272)	(16.808)
TOTAL DO ATIVO		157.315	158.309	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		157.315	158.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	21	59.674	56.826
Custos de operação e compra de energia elétrica	22	(22.364)	(16.885)
LUCRO BRUTO		37.310	39.941
Despesas gerais e administrativas	23	(1.352)	(1.341)
LUCRO OPERACIONAL		35.958	38.600
Receitas financeiras		1.739	2.292
Despesas financeiras		(18.179)	(16.395)
RESULTADO FINANCEIRO	24	(16.440)	(14.103)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		19.518	24.497
Imposto de renda e contribuição social	25	(2.982)	(2.167)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.536	22.330
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações R\$	20	0,38	0,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	16.536	22.330
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	16.536	22.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido negativo
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	46.158	(9.000)	(76.296)	(39.138)
Lucro líquido do exercício	-	-	22.330	22.330
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	46.158	(9.000)	(53.966)	(16.808)
Lucro líquido do exercício	-	-	16.536	16.536
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	46.158	(9.000)	(37.430)	(272)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		19.518	24.497
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	13 e 14	6.562	6.560
Baixa de ativo imobilizado		785	-
Depreciação de ativo de direito de uso		48	96
Provisão para contingência		-	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - debêntures	16	12.935	16.487
Juros variações monetárias e cambiais partes relacionadas	10	1.338	1.533
Provisão de juros - passivo de arrendamento		8	58
(Reversão) provisão e atualização financeira liminar - GSF	18	5.008	(3.389)
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	8	(583)	(691)
Tributos a recuperar	9	67	(85)
Partes relacionadas	10	11	(3.007)
Outras contas a receber		(166)	318
Despesas antecipadas		(26)	(574)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	15	86	(515)
Outras contas a pagar		142	134
Partes relacionadas		56	-
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		(599)	(138)
Caixa proveniente das operações		45.190	41.284
Juros pagos de debêntures	16	(9.136)	(11.616)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.660)	(1.680)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		33.394	27.988
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	(239)	(919)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(239)	(919)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de debêntures	16	(26.730)	(33.172)
Depósitos vinculados a debêntures	12	(4.505)	9.990
Pagamento de arrendamento mercantil		(89)	(232)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(31.324)	(23.414)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		1.831	3.655
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.489	7.834
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		13.320	11.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 24 de setembro de 1997 e permaneceu sem movimentação financeira e econômica até março de 2005, quando foi transformada em sociedade por ações de capital fechado. A Companhia é controlada pela Essentia PCHs S.A. ("Controladora").

O objeto social da Companhia é a produção independente de energia elétrica, conforme a Resolução nº 510, de 26 de novembro de 2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e as instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de subestação da usina, bem como uma linha de transmissão para interligação à subestação, com a comercialização da energia elétrica produzida.

Em consonância com seu objeto social, a Companhia obteve autorização da ANEEL (Resolução nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, com 24,66 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.680 de 06 de maio de 2009, autorizou o início da operação comercial da PCH São Domingos II a partir de 7 de maio de 2009. O comissionamento das instalações das linhas de transmissões ocorreu em 12 de dezembro de 2009, possibilitando a efetiva entrada em operação.

Em 1º de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, cuja promulgação das partes vetadas ocorreu em 11 de junho de 2021, alterando o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

A nova Lei incluiu a possibilidade de ajuste do prazo de outorga de autorização de geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora desde que (i) a usina tenha entrado em operação até 1º de setembro de 2020, (ii) possua outorga com vigência de 30 anos e que (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2039. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Santa Cruz e critério da ANEEL.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Ao final do prazo de autorização, não havendo prorrogação, os seus bens e instalações vinculados a produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos circulantes excederam os ativos circulantes no montante de R\$ 51.918 (R\$ 51.230 em 31 de dezembro de 2023) decorrente substancialmente do passivo circulante de debêntures e da provisão de garantia física e penalidade de lastro de energia. O patrimônio líquido está negativo no montante de R\$ 272 em 2024 (R\$ 16.808 em 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo circulante	27.176	20.287
Total do passivo circulante	79.094	71.517
Capital circulante líquido negativo	(51.918)	(51.230)

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo, aportes de capital pelos acionistas e refinanciamento das dívidas abertas com captação de novas dívidas, que poderão ser de curto ou longo prazo conforme a necessidade. Essa estratégia visa reforçar o caixa e garantir a solvência da Companhia no curto e médio prazo, ajustando-se às condições de mercado e à capacidade de pagamento.

O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por ao menos 12 (doze) meses.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1 Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

3 PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

A Companhia mantém debêntures associadas a taxa de juros local, gerando exposição à variação dessa taxa. as debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa, e as debêntures emitidas à taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros mensalmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não possuía contratos de derivativos de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA (os percentuais dos indexadores foram obtidos através do boletim FOCUS).

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% Cenário II) e 50% (Cenário III).

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	IPCA		4,96%	3,72%	6,20%	2,48%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	13.320	1.951	1.464	2.439	976	2.927
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.505	660	495	825	330	990
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	(82.546)	(4.094)	(3.071)	(5.118)	(2.047)	(6.141)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, A Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que a Companhia não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e caixa disponível de R\$13.320 em 31 de dezembro de 2024 (R\$11.489 em 31 de dezembro de 2023) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1.630	-	-	-	1.630
Debêntures	32.716	49.830	-	-	82.546
Partes relacionadas	56	28.681	-	-	28.737
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	43.643	-	-	-	43.643
Outras contas a pagar	142	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	1.544	-	-	-	1.544
Debêntures	34.994	69.610	19.041	-	164.879
Partes relacionadas		27.343	-	-	27.343
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	38.635	-	-	-	38.635
Passivo de arrendamento	82		-	-	82

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Outros riscos considerados relevantes

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

15 de 38

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, a usina da Companhia participante do MRE têm sua Garantia Física afetada positivamente ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, à usina da Companhia participante do MRE foi atribuída garantia física pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) (“Garantia Física”). A Garantia Física determina o montante de lastro de energia que está usina tem para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação à usina da Companhia, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua Garantia Física a ela atribuída o que pode ocasionar a redução de suas Garantias Físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui uma política de “comercialização” de energia que é implementada pela Área Comercial e pelo Comitê de Comercialização de Energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

3. Criação de comitê de risco para gestão de energia, monitoramento das condições do GSF e da geração das usinas, para realização de balanço energético e se buscar fazer a administração dos contratos de Energia da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4 Ativos e passivos mensurado ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.320	11.489
Contas a receber	8	7.062	7.106
Partes relacionadas	10	-	11
Depósitos vinculados a debêntures	12	4.505	-
Outras contas a receber	11	664	1.369
Ao custo amortizado		25.551	19.975

Passivos financeiros e outros

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	16	82.495	105.426
Partes relacionadas	10	28.737	27.343
Fornecedores	15	1.630	1.544
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	18	43.643	38.635
Passivo de arrendamento		-	82
Outras contas a pagar		142	-
Ao custo amortizado		156.647	173.030

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

6 ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo não circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixas	Acordos de Financiamentos de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil	Passivo de Arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis		01.01.2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações		

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em banco e em caixa	1	-
Recursos em aplicações financeiras	13.319	11.489
	13.320	11.489

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas à taxa média de 99% do CDI, em 31 de dezembro de 2024 (99% em 31 de dezembro de 2023).

8 CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a Administração não julgou necessário o reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo CPC48 – Instrumentos Financeiros.

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	7.062	7.106
	<u>7.062</u>	<u>7.106</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	6.984	6.878
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-
Vencidos de 31 a 90 dias	78	226
Vencidos de 91 a 180 dias	-	2
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-
Vencidos há mais de 360 dias	-	-
	<u>7.062</u>	<u>7.106</u>

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos de renda retidos na fonte ("IRRF").

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
IRRF	356	409
COFINS e PIS a recuperar	3	3
IRPJ e CSLL	1	1
Outros	-	14
	<u>360</u>	<u>427</u>

10 PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas com empresas coligadas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se os termos e condições acordados entre as partes relacionadas e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

Composição

Empresas	Natureza	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Essentia PCHs S.A.	Custo compartilhado	56	-	11	-
		<u>56</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>-</u>
Essentia PCHs S.A.	Contratos de mútuo	-	28.681		27.343
		<u>-</u>	<u>28.681</u>	<u>-</u>	<u>27.343</u>
Total		<u>56</u>	<u>28.681</u>	<u>11</u>	<u>27.343</u>

	Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante	
Movimentação	Custo compartilhado	Total	Custo compartilhado	Contas a pagar	Total	Contrato de mútuo	Total
Saldo em 01/01/2023	-	-	-	3.007	3.007	25.810	25.810
Ingresso	-	-	469	-	469	-	-
Liquidação	-	-	(480)	(3.007)	(3.487)	-	-
Provisão de juros	-	-	-	-	-	1.533	1.533
Reclassificação	11	11	11	-	11	-	-
Saldo em 31/12/2023	11	11	-	-	-	27.343	27.343
Saldo em 01/01/2024	11	11	-	-	-	27.343	27.343
Ingresso	-	-	499	-	499	-	-
Resultado	-	-	(443)	-	(443)	-	-
Liquidação	(11)	(11)	-	-	-	-	-
Provisão de juros	-	-	-	-	-	1.338	1.338
Saldo em 31/12/2024	-	-	56	-	56	28.681	28.681

Empresas	Natureza	31/12/2024	31/12/2023
		Resultado	Resultado
Essentia PCHs S.A.	Despesa de custo compartilhado	(499)	(469)
		(499)	(469)
Essentia PCHs S.A.	Despesas de juros de contratos de mútuo	(1.337)	(1.533)
		(1.337)	(1.533)
Total das despesas		(1.836)	(2.002)

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas de folha de pagamento incorridas na Controladora que beneficiam todas as empresas controladas, foram rateadas entre todas as SPEs de acordo com a capacidade instalada de cada usina.

Contratos de mútuo

Mutuante	Mutuária	Valor do contrato	Prazo do contrato	Juros	31/12/2024
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	5.500	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	9.273
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	3.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	2.556
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	2.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	4.729
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	6.000	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	8.928
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	4.800	Indeterminado	7% a.a.	3.195
Total		22.900			28.681

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios correspondem a R\$ 4.271 (R\$ 4.865 em 31 de dezembro de 2023 e uma média de R\$1.880).

11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados.

Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	445	423
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	-
	<u>445</u>	<u>423</u>
Não circulante		
Neoenergia S.A. (i)	-	871
Outros	219	75
	<u>219</u>	<u>946</u>
Total	<u>664</u>	<u>1.369</u>

(i) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que a Companhia seja ressarcida em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos à gestão da Neoenergia S.A. Os passivos correlatos estão mencionados na nota explicativa nº 19.

12 DEPÓSITOS VINCULADOS A DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo referente aos depósitos vinculados às debêntures era o montante de R\$ 4.505. Não há saldo referente a 31 de dezembro de 2023 pois foram utilizados durante o exercício para amortização parcial das debêntures (A Companhia tinha que recompor o saldo da conta de depósitos vinculados a debêntures até 31 de dezembro de 2024, no montante mínimo de R\$4.500).

13 IMOBILIZADO

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Em 01 de janeiro de 2023	8	3.259	75.523	43.682	4.702	127.174
Adição	793	-	-	26	100	919
Depreciação	-	-	(2.434)	(2.206)	(168)	(4.808)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Transferência (i)	943	-	-	(585)	29	387
Saldo contábil, líquido	1.744	3.259	73.089	40.917	4.663	123.672
Custo	1.744	3.259	107.337	72.082	7.040	191.462
Depreciação acumulada	-	-	(34.248)	(31.165)	(2.377)	(67.790)
Em 31 de dezembro de 2023	1.744	3.259	73.089	40.917	4.663	123.672
Em 01 de janeiro de 2024	1.744	3.259	73.089	40.917	4.663	123.672
Adição	198	-	-	-	41	239
Depreciação	-	-	(2.403)	(2.222)	(187)	(4.812)
Baixa	(769)	-	-	-	-	(769)
Transferência (i)	(787)	-	-	365	422	-
Saldo contábil, líquido	386	3.259	70.686	39.060	4.939	118.330
Custo	386	3.259	107.337	72.446	7.501	190.929
Depreciação acumulada	-	-	(36.651)	(33.386)	(2.562)	(72.599)
Em 31 de dezembro de 2024	386	3.259	70.686	39.060	4.939	118.330

(i) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do intangível e imobilizado.

Imobilizado	Taxa média de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	2%
Máquinas, equipamentos e outros	3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

(a) Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente os indicadores de desvalorização de seus ativos, a fim de identificar a necessidade de realização do teste de valor recuperável conforme determina a norma contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício de 2024, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto incluíram: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) período de concessão/autorização; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. A taxa de desconto utilizada pela Companhia reflete o risco relativo ao investimento, bem como o valor temporal do dinheiro no tempo, baseada no custo médio ponderado de capital que consiste na ponderação do retorno exigido sobre capital de terceiros e capital próprio em proporção aos seus percentuais estimados em uma estrutura de capital esperada, a taxa de desconto calculada foi de aproximadamente 11%. Como resultado dos testes realizados, não houve necessidade de provisão para recuperação dos ativos em 31 de dezembro de 2024. No exercício de 2023 também não houve necessidade da referida provisão.

14 INTANGÍVEL

Política contábil

a) Direito de autorização

Resolução autorizativa relativa a repactuação do risco hidrológico recebida pela Companhia para atuar como produtor independente de energia elétrica pelos prazos estabelecidos nas outorgas.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

	Direito da autorização	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2023	14.727	752	15.479
Amortização	(1.594)	(158)	(1.752)
Transferência (i)	(286)	(101)	(387)
Saldo contábil, líquido	12.847	493	13.340
Custo	16.738	1.075	17.813
Amortização acumulada	(3.891)	(582)	(4.473)
Em 31 de dezembro de 2023	12.847	493	13.340
Em 01 de janeiro de 2024	12.847	493	13.340
Amortização	(1.595)	(155)	(1.750)
Saldo contábil, líquido	11.252	338	11.590
Custo	16.738	1.075	17.813
Amortização acumulada	(5.486)	(737)	(6.223)
Em 31 de dezembro de 2024	11.252	338	11.590

(i) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do intangível e imobilizado.

Intangível	Taxa média de depreciação
Direito da autorização	10%
Software	20%

15 FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	1.192	998
Compra de energia	438	546
	1.630	1.544

16 DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A Companhia emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023, houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205.

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Debêntures	32.716	30.088
(-) Custo de colocação debêntures	(32)	(48)
	32.684	30.040
Não circulante		
Debêntures	49.830	75.437
(-) Custo de colocação debêntures	(19)	(51)
	49.811	75.386
Total debêntures	82.495	105.426

	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2024	31/12/2023
	1ª emissão Debêntures	1ªSérie - R\$ 57.000 2ªSérie - R\$ 38.000 3ªSérie - R\$ 41.000 4ªSérie - R\$ 39.000	15/06/2013	IPCA + 8.80% a.a.	Anual	Anual	1ªSérie - 15/06/2027 2ªSérie - 15/09/2026 3ªSérie - 15/12/2026 4ªSérie - 15/03/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	82.546	105.525
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(51)	(99)
									82.495	105.426

Composição por movimentação

c) Movimentação de Debêntures

	Debêntures	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/2022	133.890	(163)	133.727
Provisão de juros	10.588	-	10.588
Amortização de custos de colocação de dívida	-	64	64
Atualização monetária	5.837	-	5.837
Liquidação do principal	(33.173)	-	(33.173)
Liquidação dos encargos	(11.616)	-	(11.616)
Saldo em 31/12/2023	105.525	(99)	105.426
	105.525	(99)	105.426
Provisão de juros	8.187	-	8.187
Amortização de custos de colocação de dívida	-	48	48
Atualização monetária	4.700	-	4.700
Liquidação do principal	(26.730)	-	(26.730)
Liquidação dos encargos	(9.136)	-	(9.136)
Saldo em 31/12/2024	82.546	(51)	82.495
		Curto Prazo	32.684
		Longo Prazo	49.811
		Total em 31/12/2024	82.495

Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures emitidas pela Companhia estão obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índices e Limites Financeiros (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida com Caixa), com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/(EBITDA + Mútuos + AFACs + integralizações) de no máximo 3,50 a partir do ano referência de 2023

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados descumprimentos de covenants.

Composição, por ano de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	30.088
2025	32.716	27.952
2026	31.629	30.141
2027	18.201	17.344
	82.546	105.525

17 TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente de PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	556	583
Imposto sobre serviço - ICMS e ISS	1	13
PIS e COFINS a pagar	198	443
Provisão de férias e demais provisões trabalhistas	129	125
Salários e encargos sociais	27	26
Outros	28	26
	939	1.216

Política contábil

As outras contas a pagar e provisões são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a) Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	43.643	38.635
	<u>43.643</u>	<u>38.635</u>

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II, em Goiás. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela Companhia, proprietária da usina. O saldo em aberto desde então é provisionando e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro é conforme abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro	38.635	41.890
Provisão (reversão)	1.521	(3.389)
Atualização monetária	3.487	-
Reclassificação	-	134
Saldo final em 31 de dezembro	<u>43.643</u>	<u>38.635</u>

Política contábil

A Companhia está envolvida em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos da Companhia.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

a) Os saldos da provisão para riscos prováveis de perda são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	-	871
	-	871

O processo foi finalizado, sem efeito caixa, em razão da adesão ao Programa de Regularização Fiscal detalhado no item a seguir.

b) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

A Companhia é parte em ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Tributários e Regulatório	-	13.640
	-	13.640

Em razão da adesão ao Programa de Regularização Fiscal lançado pelo Estado de Goiás, por meio do qual houve a concessão de desconto de 99% nos juros e multa dos tributos devidos ou que estão em discussão (Lei nº 22.572/2024) e da realização dos respectivos pagamentos em 29/07/2024, o procedimento administrativo nº 4.01.11.034331-36 e a Execução Fiscal nº 5702451-90.2023.8.09.0145 perderam o seu objeto, razão pela qual foi dada a baixa nos importes que estavam em discussão.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Acionista						
Essentia PCHs S.A.	100%	43.014.847	37.158	100%	43.014.847	37.158
A integralizar		9.000.000	9.000		9.000.000	9.000
	100%	52.014.847	46.158	100%	52.014.847	46.158

(b) Lucro por ação

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	16.536	22.330
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	43.015	43.015
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$	0,38	0,52

21 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato.

O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes.

As receitas operacionais da Companhia são baseadas em contratos de geração de energia hídrica de longo prazo, com duração de 30 anos, com distribuidoras de energia.

Composição

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida		
Receita com energia	62.043	59.088
(-) Impostos sobre vendas	(2.269)	(2.169)
(-) Encargos sobre concessão	(100)	(93)
	59.674	56.826

22 CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

Custos da operação e compra de energia elétrica	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(11.727)	(7.568)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(121)	(351)
Custo de operação (b)	(10.516)	(8.966)
	(22.364)	(16.885)

(a) Energia elétrica comprada para revenda e encargos de transmissão

	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(10.312)	(6.878)
Custo de liquidação CCEE	(1.415)	(690)
	(11.727)	(7.568)

- (i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (*Generation Scaling Factor*) e redução de garantia física.

(b) Custo de operação

Custo de operação	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(918)	(906)
Materiais e serviços de terceiros	(2.011)	(1.009)
Depreciações e amortizações - direito de uso	(48)	(96)
Depreciações e amortizações	(6.562)	(6.561)
Outros custos de operação	(977)	(394)
	(10.516)	(8.966)

23 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(127)	(119)
Materiais	-	(2)
Pessoal e encargos	(35)	(43)
Seguros	(674)	(678)
Despesas Tributárias	(1)	(1)
Outras despesas operacionais	(16)	(29)
Despesas compartilhadas (nota 10)	(499)	(469)
	(1.352)	(1.341)

24 RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.731	2.290
Outras receitas	8	2
Total das receitas financeiras	1.739	2.292
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	(8.187)	(10.588)
Amortização de custos de emissão de dívida	(48)	(64)
Atualização monetária sobre debêntures	(4.700)	(5.835)
Atualização financeira direito de uso	-	(58)
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia (i)	(3.487)	1.935
Outras despesas financeiras	(420)	(252)
	(16.842)	(14.862)
Despesa financeira com partes relacionadas		
Resultado com partes relacionadas	(1.337)	(1.533)
	(1.337)	(1.533)
Total das despesas financeiras	(18.179)	(16.395)
Resultado financeiro	(16.440)	(14.103)

(i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reverteu multa referente a penalidade de lastro de energia.

25 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente.

A Companhia adota o regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Gerada	62.043	59.088
Base de cálculo IRPJ (8%)	4.964	4.728
Receita financeiras	1.367	1.674
Base de cálculo	6.331	6.402
IRPJ - 15%	(950)	(873)
IRPJ adicional - 10%	(609)	(558)
Outro	(476)	-
Base de cálculo CSLL (12%)	8.812	8.766
CSSL - 9%	(793)	(736)
Outro	(154)	-
Total de IRPJ e CSLL - lucro presumido	(2.982)	(2.167)

26 COMPROMISSOS

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Contrato de compra de energia (i)	<u>2.511</u>	<u>2.846</u>	<u>-</u>	<u>5.357</u>
	<u>2.511</u>	<u>2.846</u>	<u>-</u>	<u>5.357</u>

Contrato de compra de energia

Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela sazonalidade da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

27 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes R\$ 65.773. O seguro de responsabilidade civil no montante de 60.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A.. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou o resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures, em 31 de março de 2025, no montante total de R\$76.440.